

Aula 6

ORALIDADE E ESCRITURA: DUAS PROPOSTAS DE ENSINO PARA A LEITURA SIGNIFICATIVA ATRAVÉS DO TEXTO

META

Destacar a importância do texto para o ensino da oralidade e da escrita; ressaltar as especificidades da língua oral e da língua escrita e mostrar suas relações, ao apresentar os níveis de interferência da oralidade na escrita e vice-versa; apresentar o ensino da língua padrão e suas relações com o preconceito linguístico.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
compreender a importância do ensino da língua oral e escrita através de textos, em diversos níveis de linguagem;
conhecer as características do texto oral e do escrito, com suas diferenças, semelhanças e interferências mútuas no discurso;
discutir a questão do preconceito linguístico.

PRÉ-REQUISITOS

ter noções de texto, discurso e contexto;
conhecer as estratégias de ensino vistas nas aulas anteriores.

INTRODUÇÃO

Car@ estudante,

Nas aulas anteriores, você viu noções importantes a respeito de texto, discurso, contexto, linguística do texto, gêneros textuais e tipologia textual, entre outros assuntos; você deve ter lido atentamente essas aulas e pôde perceber como tudo isso se liga ao ensino da leitura e da escrita. É preciso não perder de vista o conteúdo das aulas dadas.

Para o ensino da língua oral e escrita, tomamos por base o estudo de processos e mecanismos sociocognitivos, interacionais e linguísticos, conforme propõe a ementa da disciplina. De fato, nossas aulas têm ideias convergentes que desembocam na formação do leitor e nas práticas pedagógicas da leitura, enquanto caminho para uma visão crítica do mundo.

Nessa aula, você aprenderá noções básicas de oralidade e escritura, duas propostas de ensino da língua, sem que uma tenha maior valor que a outra. Em diferentes abordagens, não há primazia da escrita sobre a fala, ou vice-versa. Você precisa entender que não deve haver preconceitos, quanto aos usos dessas modalidades. Para isso, observe tudo o que for pertinente aos usos da linguagem: nível de escolaridade do emissor, finalidade do discurso (para que foi feito?), destinatário (a quem se dirige?), o contexto em que ocorre, enfim, fatores que contribuem para a produção do texto oral ou escrito. Portanto, a língua portuguesa é um código ao qual se ajustam diversos usos, em diferentes propósitos, sem que haja desprestígio de qualquer forma de comunicação, se adequadamente empregada.

TEXTO E ENSINO

O texto é a mais rica fonte de pesquisa e aprendizagem, meu caro. Você já imaginou como se dá o ensino tradicional da gramática, de modo descontextualizado? Ensina-se ainda por regras e definições: “Substantivo é a palavra variável que nomeia os seres em geral”; “Verbo é a palavra variável, que indica ação, estado ou fenômeno” e assim por diante. Decoramos muitos assuntos, várias regras de acentuação, concordância e em outras áreas, como na Matemática, fórmulas e tabelas. Meses depois estamos esquecidos do que nos fora dado. Assim, com essa metodologia, chega-se ao nível médio sem o domínio do conteúdo de muitas lições dadas e até repetidas. Veja se é possível isso, em pleno século XXI!! O fracasso da aprendizagem é consequência da falta de um método eficiente. Daí vem a importância da leitura crítica, em qualquer área de conhecimento.

Muitos estudiosos, de algumas décadas para cá, usam novas metodologias do ensino do Português, observando que o ensino de línguas só pode acontecer através do texto.

Por exemplo, nesta aula de substantivo, no aumentativo (encontrada num livro da 1ª série do ensino fundamental, publicado em 2010) o ilustre professor Douglas Tufano apresenta-nos o seguinte texto como proposta de ensino:

Homenzarrão

“Lá em cima daquele morro
vive um homenzarrão.
Ele parece um gigante!
Seu nariz é um narigão,
sua boca é uma bocarra
sua orelha é um orelhão.
E para ficar mais feio,
ainda usa chapelão!...”

Em outras lições, agora de ortografia, há os seguintes textos:

“Não confunda
Cabelo curto
Com camelo surdo.”
Eva Furnari.

II

Larga o Lagarto sozinho,
Que o Lagarto tá com sono
E quer dormir e sonhar
Nas largas areias da praia.”
Eliás José

O texto oferece a possibilidade de o aluno fixar o tema, sem o esforço inútil de decorar a ideia focalizada. Envolve o aprendiz e o deixa penetrar na intimidade do contexto apresentado; as lições dali extraídas ficam na memória e são aprendidas naturalmente, pois o leitor interage com o que vê e discute vivamente. A depender da interação, o receptor passa a ser coautor do texto. Logo, é inconcebível, hoje, o ensino de Gramática sem o apoio de um texto.

ORALIDADE E ESCRITURA: DICOTOMIA OU PRÁTICAS SOCIAIS?

... “não se pode tratar as relações entre oralidade e letramento ou entre fala e escrita de maneira estanque e dicotômica.”
(MARCUSCHI, 2001)

Segundo Luiz Antônio Marcuschi, fala e escrita não podem ser vistas de forma dissociada. Suas relações ora são estreitas, ora mais distantes; tais modalidades, se observadas num contexto maior de práticas comunicativas diversificadas, com tanta variedade de gêneros textuais apresenta gradações e interconexões, dependendo da comparação que se faz entre as duas modalidades em foco. Em algumas situações, oralidade e escritura têm relações tão próximas que se misturam; em outras, há um distanciamento, mas nunca “a ponto de se ter dois sistemas linguísticos, ou duas línguas, como se disse por muito tempo.” (MARCUSCHI, 2001). Enfim, oralidade e escritura são duas práticas com características próprias, que não chegam a ser opostas para estabelecerem uma dicotomia.

A partir dos anos 80, houve uma reação à teoria de que oralidade e letramento seriam opostas, dando supremacia à escrita. Nessas últimas décadas, são consideradas práticas sociais complementares em atividades interativas. Os diversos usos da língua são determinantes das variações linguísticas em todas as manifestações.

A esta altura, você deve estar perguntando o que é letramento.

Como você deve ter percebido, há de se distinguir letramento, alfabetização e escolarização. (Três conceitos envolvidos nos usos da língua oral e escrita).

Assim Marcuschi distingue oralidade de letramento e de alfabetização:

O letramento é uma prática, um processo de aprendizagem para fins práticos, do dia-a-dia. Por exemplo, a senhora X é analfabeta, mas não confunde o letreiro do ônibus que costuma tomar, nem as marcas de sapato que usa. Como bem disse Street (1995), “o letramento distribui-se em graus de domínio que vão de um patamar mínimo (acima exemplificado) ao máximo. Já a alfabetização pode se dar dentro ou fora da escola, no entanto, ocorre por meio de ensino sistematizado e empreende habilidades de ler e escrever. Como exemplo, sabemos que a Suécia alfabetizou 100% da sua população, no final do século XVIII, fora da escola, para fins religiosos e de cidadania. A escolarização é uma prática formal, institucional voltada para a formação integral do indivíduo. A escola tem a preocupação de ir além da proposta de alfabetizar, pois tem projetos educacionais amplos. Esses tópicos remetem ao uso da oralidade, ou, melhor dizendo, da escritura, entendendo esta última como a prática da língua na forma escrita.

Devemos nos perguntar: em quais condições e contextos são usadas a oralidade e a escritura em nossa sociedade? Como ensinar habilidades de usos da oralidade? Para que finalidade é usada? Que habilidades são ensinadas na escola e com que visão o ensino da escrita é passado? Para falar de oralidade e letramento, extraí algumas lições do texto de Marcuschi (2000, p. 25-7):

A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso. Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária, como se expressou ONG (1982), ao caracterizar a distinção entre povos com e sem escrita. Considerando-se essa posição, nós brasileiros, por exemplo, seríamos hoje um povo de oralidade secundária, tendo em vista o intenso uso da escrita neste país.

O letramento, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita.

Observe as considerações do professor e veja, na prática, como oralidade e escritura se mesclam. Um noticiário na televisão permite que o repórter leia a notícia e até teça comentários sobre o texto lido. Num discurso formal elaborado para uma solenidade, a pessoa que o escreveu pode reformular o texto, no momento em que fala e improvisar algo que julgue mais interessante.

No caso do letramento, há práticas em vários níveis. Só não pode haver letramento em sociedades primitivas. Os analfabetos têm um nível de letramento, bem como um nível de linguagem que lhes permite comunicar-se com habilidade, até mesmo num meio em que os falantes utilizam o nível padrão. Já as pessoas cultas falam e escrevem com outro nível, em diferentes situações, tendo a vantagem de compreenderem textos de certas áreas de conhecimento e profundidade teórica, o que não acontece entre usuários da língua num nível popular, pois seu repertório é limitado.

O ENSINO DA LÍNGUA VOLTADO PARA A ORALIDADE

A oralidade é tão importante quanto a escritura. A expressão oral como habilidade deve se ajustar a situações diversas. O ouvinte precisa compreender a mensagem e para isso a boa dicção e a altura da voz são necessárias. Imagine em certas profissões, como no magistério, no radialismo e na televisão, no jornalismo, a clareza, o timbre e o uso da voz bem colocada são imprescind-

íveis. Além disso, a oralidade é uma prática social que ocorre entre usuários de diferentes níveis e para cada nível deve haver uma metodologia de ensino.

Para o ensino da língua oral é preciso que o aluno se coloque como sujeito ativo e discuta, fale, participe das aulas, interagindo. Há escolas que não permitem isso. Os discentes ouvem o professor e anotam o assunto em silêncio. Na educação tradicional, recebe-se uma formação bancária, conteudista em que o aluno anota, registra e não fala, para não “atrapalhar”. Desta forma, como se pode desenvolver a oralidade num sistema de ensino tão repressor?

ESTRATÉGIAS DE ENSINO

O ensino da oralidade pode ser visto com diferentes estratégias que consideramos eficientes. Podemos listar algumas propostas para aquisição da expressão oral de forma criativa e prazerosa. Valorizando-se a fala do aluno, sem desprestigiar a forma culta, pode-se chegar a um método eficiente de ensino. Naturalmente, o texto oral elaborado de acordo com as possibilidades do educando, através do incentivo à fala, sofrerá ajustes espontâneos ao longo do curso, após práticas orientadas; Vejamos algumas atividades que sugerimos para o aluno exercitar a oralidade e desenvolver a habilidade de expor suas ideias em público:

- A entrevista;
- O debate;
- A peça de teatro;
- Os jogos interativos (perguntas e respostas em sala);
- A poesia;
- A narrativa oral.

A partir dessas atividades, que leitura de mundo se evidencia? Você, aluno, sujeito atuante, é respeitado em seu discurso? Não importa o nível de linguagem utilizado, se é inculto ou padrão, pois o objetivo da aula é a valorização das ideias expostas, da mensagem, cujo significado serve de base à construção de um ideal de cidadania.

Você deve estar curioso, querendo saber se podemos aceitar a fala inculta, ou com “erros”, para não inibir o sujeito da enunciação. Logicamente que o ensino da expressão oral tem o propósito de levar o usuário da língua a corrigir os desvios da norma culta. Entretanto, não é eficaz, nem elegante, fazer correções que inibam o falante. Por meio de constantes exercícios orais, em grupo, chega-se à forma padrão. Inclusive é uma oportunidade para explicar em quais situações é possível se usar a fala “relaxada” ou “menos tensa”.

Na verdade, o ensino da língua oral tem finalidades diversas. Não se trata apenas de ensinar a falar corretamente, mas de fazer o aluno sentir-se cidadão, entre outros resultados. Por exemplo, a desenvoltura, a clareza na

construção do texto oral, a capacidade de persuasão, são habilidades que se constroem com essas práticas.

Enfim, uma nova leitura de mundo ocorre com a aprendizagem significativa através da fala, pautada na realidade do educando. Ensinar a “falar” através de técnicas de expressão oral é adquirir uma visão transformadora da sociedade.

INFLUÊNCIAS DO ORAL NO ESCRITO

Você já pensou em elaborar um texto dissertativo sobre um tema atual? Se o conhecimento do assunto a ser abordado for vasto, isso é muito bom. A preocupação em redigir com elegância, obedecendo às normas gramaticais é um propósito. O outro é estabelecer a coerência e a coesão entre as partes do texto. No momento em que redige, pensa em fazer o melhor. Quanto maior for o seu nível de estruturação mental e o repertório acerca do tema, mais probabilidade você terá de fazer uma boa redação. O distanciamento entre a linguagem oral, descontraída, com desvios da norma culta e a escrita padrão será maior, porque você adquiriu habilidades para realizar uma escritura formal. Isso só é visto em pessoas com hábito de leitura constante, não importando se são graduadas ou autodidatas. A leitura lhe dá essa possibilidade, sem que seja necessário decorar regras gramaticais. Tudo fica automatizado e a redação flui naturalmente.

De modo contínuo, caso você não domine a língua padrão, depois de 11 anos de estudo da língua, terá dificuldades em coordenar bem as ideias para escrever razoavelmente. Dessa forma, por falta de leitura, não consegue se desvencilhar da oralidade e seu texto apresentará mais influências do oral no escrito. Por não realizar satisfatoriamente a habilidade da escrita, com precisão, clareza, concordância estabelecida, enfim, por escrever com muitos desvios, você se frustra, e o que é pior, não consegue aprovação em concursos.

A propósito disso, sobre a redação do vestibular de 1997, a professora Leônia Carvalho escreve: “Os vestibulandos não desenvolveram a habilidade de produção textual”. E continua expondo as dificuldades que apresentam, mostrando os desvios que aparecem nas redações (ortografia, sintaxe, acentuação, pontuação, etc.)

Discute o problema e aponta a escola como principal causadora da má qualidade de ensino.

Sem dúvidas, constata-se que, atualmente, a escola ignora o verdadeiro papel exercido pela linguagem no desenvolvimento do aluno e na sociedade. Além do mais, falta-lhe a consciência de que entre a oralidade e a escrita não existem apenas diferenças, mas também semelhanças, cabendo-lhe aproveitar-se das diferenças e semelhanças para o ensino da língua, levando o aluno a refletir sobre

elas, a perceber que existem diversos níveis de registro linguístico que, naturalmente, variarão de acordo com os objetivos, as funções e as situações de uso social, além das possibilidades individuais dos seus próprios usuários” (CARVALHO, p.76)

Com a ênfase nos estudos gramaticais, o aluno fica exposto a fragmentos da língua, meras fórmulas estereis e artificiais sem qualquer valor prático efetivo, pois não são relacionados adequada e corretamente às situações reais de uso. No ensino da leitura e da escrita, priorizam-se aspectos mecânicos e periféricos do processo como articulação das palavras, fluência, pausas, dicção, ortografia etc., deixando-se de lado a compreensão, o componente semântico-pragmático, o sentido do discurso e sua organização. Na escola não há, enfim, uma preocupação em dar significado válido às atividades de leitura e escrita, em formar pessoas capazes de ler e escrever. (CARVALHO p. 76)

A partir de tais considerações, vemos como a escola é determinante nestas questões de ensino da oralidade e da escrita, para que os alunos tenham um bom desempenho nessas práticas comunicativas e consigam realizá-las em quaisquer situações.

Compreendemos que a escrita sofrerá maior influência da oralidade e menor distanciamento desta quando realizada por alunos de classes iniciais. Observamos que nas turmas de alfabetização ocorre o ato de escrever como se fala. Na medida em que o ensino avança por anos e anos até o nível médio, seria normal que os alunos dominassem a língua escrita, sem que nesta houvesse tanta interferência da oralidade. Entretanto, não se verificam resultados satisfatórios, nem mesmo em vestibulandos que tiveram as melhores oportunidades de ensino. A média das notas das redações do vestibular é sempre baixa e isso passa pelo ensino da língua, que é sempre dissociado da realidade do aluno. É imprescindível, pois, ter-se consciência de que o método é a chave do problema, a fim de que o aluno domine os conteúdos aprendidos e tenha um bom desempenho na oralidade e na escrita.

O ENSINO DA LÍNGUA ESCRITA

Escrever para quem e com que finalidade? Esta é uma questão importante. Logicamente o ensino da língua escrita procura uma padronização, que pode ser vista no nível comum, sem tendências ao preciosismo. Com um vocabulário simples, a linguagem pode se tornar compreensível a todas as camadas, sem que para isso deixe de obedecer à norma culta.

Os usos da língua determinam seu nível. Levar em conta o destinatário da mensagem é importante. Se, por um lado, você não pode perder de vista a

comunicação que pretende estabelecer, por outro, o texto escrito exige uma elaboração diferente do oral. Vimos que a oralidade tem sua gramática, suas possibilidades em um determinado contexto. Já a escritura formal requer uma elaboração da linguagem sem o uso de gestos, entonação, pausas, etc.

Cada gênero textual tem seu domínio discursivo, suas características que o distinguem das demais, levando em conta sempre o destinatário e o objetivo da escritura. Por exemplo, num artigo de jornal, recorre-se ao nível comum. A clareza e a concisão são importantes para tornar a leitura agradável, pois informar a pessoas de várias classes sociais é a sua finalidade. Logo, não se pode escrever uma notícia usando um vocabulário sofisticado. Em outra situação, se o texto for um discurso para fins solenes, a formalidade exige a norma culta no nível mais alto que é o da oratória.

Também, você pode ver textos diversos (carta, entrevista, receitas) numa linguagem mais simples, porém dentro dos padrões e ajustada ao contexto. O seu emprego nas práticas sociais é o que determina o nível da linguagem do texto, quer oral ou escrito.

Assim, o ensino da língua escrita visa à aquisição de habilidades de usos da língua nessa modalidade, nos diversos gêneros, sem que o usuário se afaste do português padrão. O que precisa ser modificado com urgência (voltamos a frisar) é o método tradicional utilizado em muitas escolas, ao se ensinar Português. É imprescindível acompanhar o aluno em suas dificuldades, respeitar sua fala e prestigiar sua produção escrita, para que ele se ache capaz. O professor deve interagir, dialogar e levar o aluno a participar das atividades, promovendo sempre uma leitura crítico-interpretativa, para daí se partir para a produção do texto escrito.

O ENSINO DA LÍNGUA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA QUESTÃO POLÊMICA

Oralidade e escrita são práticas sociais, e, como tais, revelam níveis de linguagem diferentes, mas que se interpenetram por sofrerem influências mútuas. “Ninguém fala como escreve”. Já dizia Júlia Lopes de Almeida, famosa pesquisadora, em meados do século XX. Essa afirmativa tem grande propriedade porque na oralidade, se estamos num ambiente familiar, informal, não falamos o português padrão. Ocorrem desvios da norma e serão tantos quantos forem as oportunidades de descontração e relaxamento. Entretanto, é importante conhecermos as regras, para utilizá-las quando necessário.

Em relação aos usos da língua, há muito preconceito, em pleno século XXI. As classes mais abastadas julgam-se capazes de utilizar a língua padrão e não percebem os desvios que cometem no dia-a-dia. Na oralidade, o uso da língua por pessoas incultas é motivo de zombaria. Na escola, o aluno é mal visto e afastado da possibilidade de sucesso, por “não saber falar

português” ou por “falar errado”. Pergunto, então, quem fala o português padrão na informalidade? Nem os professores de Português, doutores na área, utilizam o nível culto para conversar com amigos, o que é natural, tendo em vista a ausência de intenções em demonstrar o conhecimento da forma padrão.

Há alguns meses, o MEC publicou um livro “*Por uma Vida Melhor*”, para todo o EJA (Ensino de Jovens e Adultos), em que uma professora afirmava ser possível o usuário falar “os livro”, a depender da situação. Por outro lado, ela mostrou a variante padrão, com a devida concordância “os livros” e avisou que haveria o risco do preconceito linguístico, que é, na verdade, mais um preconceito social.

Observe que se condena o uso de muitos termos desviados do padrão; por exemplo:

“cuié”, no lugar de “colher”
“famia”, em vez de “família”
“nóis vai”, por “nós vamos”

No entanto, as pessoas “cultas” que rejeitam a fala relaxada de falantes incultos pronunciam

“basculhante”, em vez de “basculante”
“famlha”, no lugar de “família”
“cadaço”, em vez de “cadarço”

Esses exemplos são apenas alguns entre tantos que mostram a fala relaxada de universitários, graduados, professores, sem que ninguém os condene por tais “erros” cometidos por quem estudou durante longos anos.

Voltando ao caso da publicação do livro do MEC, houve muita polêmica em torno do fato, porque julgaram indevida a colocação da professora quanto à permissão da fala relaxada da aluna. Entendemos as intenções da professora (combater o preconceito); contudo, na posição em que se encontrava, teria sido mais eficaz ter respondido à aluna: “Pode, mas não deve, para exercitar a concordância e não sofrer preconceitos”.

A quebra do preconceito linguístico é algo desafiador e difícil, num país cujo sistema educacional é excludente e falho. Sabemos que o preconceito linguístico é antes de tudo social. Vimos que os alunos de escolas particulares, os falantes de classe média e de classe alta não sofrem discriminações quando falam ou escrevem fora do padrão; entretanto, os desvios da norma culta são inúmeros em usuários da língua inseridos nesse meio social.

É preciso reformar o ensino de Língua Portuguesa para ajustá-lo às práticas sociais. O ensino da leitura e da escrita passa pela questão da oralidade. Esta precisa ser vista como veículo de aprendizagem em seus vários processos, inclusive como instrumento de cidadania. Para um bom

desempenho linguístico, o aluno precisa discutir, expor seu pensamento nas modalidades da língua e nos níveis adequados ao repertório do falante e às práticas do discurso.

Através do colocar-se no mundo, enquanto sujeito que pensa, debate, fala e escreve com igual habilidade, chega-se à educação libertadora e à reforma do pensamento para a construção de um mundo mais justo.

CONCLUSÃO

Oralidade e escritura são práticas sociais que não podem ser vistas separadamente e estão em diferentes usos da modalidade oral e da escrita; para que o ensino da língua portuguesa se torne eficaz, é necessário que o professor observe que metodologia deve aplicar em determinadas circunstâncias, para alunos de níveis diversos; enfim, é preciso ter dedicação e capacidade, além de uma disposição para enfrentar os desafios que as dificuldades apresentam. Ensinar Português é, sobretudo, formar cidadãos que saibam combater preconceitos e criar uma sociedade mais humanizada pelas oportunidades que surgirão e serão tanto maiores quanto mais capacidade tiverem os seus indivíduos de utilizarem a linguagem em contextos diversos.



RESUMO

Esta aula teve como tema a oralidade e a escritura como propostas de ensino da língua através do texto. Damos ênfase ao estudo da oralidade para a valorização da fala do aluno, da linguagem por ele empregada, como estratégia de ensino da língua padrão, sem que para isso privilegiemos a oralidade. Julgamos as duas práticas sociais de igual importância, embora reconheçamos que, na nossa sociedade, a escrita está em primeiro plano. Apesar de pretendemos ensinar o aluno a utilizar a língua padrão, não podemos aceitar o preconceito linguístico, pois sabemos que há diversos usos da linguagem, para vários fins e, em todas as classes sociais, fala-se com desvios da norma culta. Enfim, deixamos claro que o ensino da língua oral e escrita deve adotar uma metodologia mais eficaz e voltar-se para a construção da cidadania.



Sr. S. – Bem, não... mas... assim, entende, a situação não está tão ruim. Até que... até que está bem melhor do que eu pensava, porque, quando eu cheguei lá, ele estava quase desistindo... Pois agora, em menos de um mês, veja você, ele já está falando em, quer dizer, até insistindo em abrir de novo a loja. Será que foi por causa daquele tratamento, sabe, o repouso e tudo o mais? Bom, o fato é que agora o pessoal tá mais calmo, né, porque... Sei lá, todo mundo tava tão nervoso! Enfim, é como eu disse, né, a situação podia estar melhor, mas também podia estar bem pior...

1. Dado o texto, observe características da oralidade encontradas nele e destaque-as, tais como: fragmentação, interrupção do pensamento, repetição, falta de coesão. Veja se consegue transcrever o diálogo, tornando-o claro e coeso.
2. Entreviste uma pessoa inculta, “oferecendo-lhe uma proposta de emprego” e grave o texto. Para a realização desta tarefa, o entrevistado deve saber que se trata de um trabalho escolar e o emprego é fictício.
3. Crie um diálogo entre uma criança de doze anos de classe média com um familiar da mesma classe.
4. Registre o diálogo (na modalidade oral ou escrita) de jovens acadêmicos (por 10min), até mesmo entre seus colegas, em que estes reclamam a ausência do professor ou uma dificuldade por que passam. Em seguida, destaque as características da oralidade ou da escritura nele apresentadas.
5. Como você entendeu oralidade e escritura?
6. Por que não podemos considerar oralidade e escritura uma dicotomia?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para as questões 2 a 4, verifique as características de oralidade encontradas no texto, tais como: ausência de planejamento, entonação, fragmentação da frase, falta de coesão, suspensão da ideia. Isso você pode destacar dos textos. Também se o texto for escrito, verifique características como planejamento, coesão, previsibilidade; Em seguida, procure passar os diálogos para o nível padrão. Observe que entonação, mímica, gestos altura e timbre da voz você não vai poder transcrever, porque são marcas exclusivas da oralidade.

Para responder às questões 5 e 6, reveja a aula dada.



PRÓXIMA AULA

A próxima aula será sobre as estratégias de leitura para a compreensão do sentido do texto.



AUTOAVALIAÇÃO

Após a leitura desta aula, consigo compreender as diferenças e semelhanças entre oralidade e escrita? Serei capaz de programar minhas aulas, baseando-me nos usos da linguagem oral ou escrita, sem que haja primazia de uma sobre a outra? Entendi que é fundamental acabar com o preconceito linguístico?

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Antônio Ponciano; PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Língua, cultura e ensino**. São Cristóvão: UFS, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- REVISTA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO. Núcleo de Educação Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. Vol. 2, São Cristóvão – Sergipe, 1999.
- VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.